

Hospital Leforte Liberdade S.A.

CNPJ/ME nº 21.371.777/0001-32 - NIRE 35.300.485.939
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13/06/2022

Art. 1º. **Hora e Local:** No dia 13/06/2022, às 18h, na sede social do Hospital Leforte Liberdade S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Galvão Bueno, nº 257, 1ª andar, Bairro Liberdade, CEP 01506-000 ("Companhia").

Convocação e Presença: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.

Composição da Mesa: Rafael Lucchesi - Presidente; e Fábio Rose - Secretário.

Ordem do Dia: Deliberação sobre (i) a alteração da composição da Diretoria da Companhia; (ii) a alteração das atribuições dos Diretores sem designação específica (iii) a ratificação da renúncia dos Srs. **Admar Oliveira Alves** e **Artur de Barros Avancine**; (iv) o cargo de Diretor sem Designação Específica; (v) a eleição dos Srs. **Fábio Rose, Luiz Sérgio Pires Santana e Carlos Andre Santos Loja** ao cargo de Diretor sem Designação Específica; e (vi) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Deliberações: A acionista da Companhia, após apreciação das matérias constantes da ordem do dia, decidiu: (a) Alterar a composição da Diretoria, que será composta por um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, razão pela qual o Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 18.** A Diretoria é composta por um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, embora possam vir a adotar denominações pertinentes às suas funções, conforme vier a ser estabelecido na sua eleição, observadas as atribuições constantes deste Estatuto Social"; (b) Alterar as atribuições dos Diretores sem designação específica da Companhia para aquelas que vierem a ser estabelecidas pelo Diretor Presidente, passando a redação do Parágrafo 2º, do Artigo 18, do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: "**Parágrafo 2º.** Competirão aos Diretores sem designação específica a prática dos atos que vierem a ser estabelecidos pelo Diretor Presidente"; (c) Ratificar a renúncia dos Srs. (i) **Admar Oliveira Alves**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.079.479-0, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 017.036.165-96, com endereço comercial na Avenida Juruaí, nº 434, Bairro Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-010; e (ii) **Artur de Barros Avancine**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.434.122-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 333.293.528-33, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 2028, 8º andar, conjunto 81, Bairro Bela Vista, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01310-200, ao cargo de Diretores sem Designação Específica, ambas com efeitos desde 1º de junho de 2022, consoante cartas de renúncias apresentadas à Companhia, que ficarão arquivadas na sede da Sociedade; (d) Aprovar a eleição dos Srs. (i) **Fabio Rose**, brasileiro, casado, pedagogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.356.757-8, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 252.494.808-02; (ii) **Fabio Sergio Pires Santana**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.296913-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 242.542.405-97; e (iii) **Carlos Andre Santos Loja**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.878.237-6 expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 024.188.557-40, para ocuparem o cargo de Diretores sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Juruaí, nº 434, Bairro Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-010. d.1) Os Diretores acima qualificados tomarão posse mediante assinatura do respectivo "Termo de Posse", lavrado em livro próprio, com mandato de 3 (três) anos, cuja cópia integra o Anexo I a esta ata, sendo permitida a reeleição, nos termos do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos da ordem do dia, sendo certo que o Estatuto Social passará a vigorar com a redação constante do Anexo II a esta ata. e.1) Ficam os Diretores da Companhia autorizados a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, incluindo, sem limitação, realizar os registros e atualizações cadastrais da Companhia nos órgãos públicos e privados competentes: **Encerramento e Lavatura:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Rafael Lucchesi; Secretário: Fabio Rose e Acionista Presente: Biodinamo Empreendimentos e Participações Ltda. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Fabio Rose** - Secretário. JUCESP Nº 480.456/22-6 em 20/09/2022. Gisela Sirmeia Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º.** **Leforte Liberdade S.A.** é uma sociedade por ações que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Assembleia Geral, criar ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou depósitos no País ou exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) prestar serviços de assistência médica-hospitalar em unidades próprias, cedidas ou alugadas ou de terceiros, administradas mediante contratos de gestão firmados com o Poder Público; (ii) atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio; (iii) desenvolver atividades voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças, podendo, para tanto, realizar simpósios, congressos, workshops, treinamentos para pessoas e empresas, bem como oferecer estágios para profissionais visando o seu aperfeiçoamento técnico e profissional; (iv) proporcionar orientação sanitária à comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e a reabilitação do paciente, dentro das possibilidades; (v) prover condições para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades hospitalares e da formação profissional de seus funcionários e colaboradores; (vi) executar, contratar ou apoiar programas, projetos e ações no âmbito de seu campo de atuação; (vii) constituir e participar de outras pessoas jurídicas, participar de órgãos, comissões e outras formas de associação, tanto públicas quanto privadas, que tenham objetivos e finalidades correlatas ao seu campo de atuação; (viii) celebrar contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão, acordos e quaisquer outras formas de se obrigou ou manifestar vontade, com pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, consórcios, associações, sociedades e demais entidades, civis ou comerciais, nacionais ou internacionais, dotadas ou não de personalidade jurídica, relacionados ao seu campo de atuação, e (ix) captar e gerir recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações pertencentes à sua proposta de atuação e aos seus objetivos sociais. **Parágrafo 1º.** Para a realização de seus fins, a Companhia manterá suas unidades e outros estabelecimentos de assistência hospitalar e ensino em geral que vier a criar, bem como poderá manter convênios para a realização de seus objetivos, ou de outras atividades com eles compatíveis. **Parágrafo 2º.** A Companhia, desde que haja conveniência para os serviços, poderá delegar ou transacionar por tempo certo ou mesmo tempo indeterminado à administração do complexo hospitalar ou de qualquer dos seus departamentos a outra pessoa ou sociedade, ainda que de fins beneficentes ou científicos, transferindo-lhes, simultaneamente, a obrigação de mantê-lo, conservá-lo e desenvolvê-lo, sem transmissão do patrimônio móvel ou imóvel. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 10.989.574,00 (dez milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais), divididos em 53.221.096 (cinquenta e três milhões, duzentas e vinte e uma mil e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** O capital social está representado por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. **Artigo 8º.** É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias. **Capítulo III - Da Administração da Companhia: Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma diretoria ("Diretoria") cujos membros serão pessoas naturais e residentes no País. **Artigo 10º.** Os Diretores serão eleitos por Assembleia Geral, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores. Os Diretores, que serão eleitos para um mandato de até 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, tomarão posse mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Artigo 11.** A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, assim como a sua distribuição. **Capítulo IV - Assembleia Geral: Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de quatro meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Compete à Assembleia Geral as atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será realizada preferencialmente na sede da Companhia, podendo ser realizada em uma das filiais ou escritórios desde que conste a informação em convocação. **Artigo 13.** A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será presidida por um Diretor Executivo, que indicará um secretário. **Artigo 14.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 1º, do Artigo 126, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 15.** Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto de acionistas representando a maioria do capital votante presente à Assembleia Geral, ressalvado o disposto em lei. **Artigo 16.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Artigo 17.** Além das matérias previstas em lei, competirá à Assembleia Geral resolver os casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações, a saber: (I) Examinar e aprovar o orçamento anual, o plano de investimento anual e o plano estratégico da Companhia; (II) Elegar e destituir os membros da Diretoria, fixar sua remuneração global, e definir suas atribuições, além das estipuladas neste Estatuto; (III) Avaliar o desempenho funcional dos membros da Diretoria; (IV) Definir as funções específicas dos Diretores de Unidade; (V) Definir o conceito de Unidade de Atendimento, especificando sua jurisdição; (VI) Fixar sua própria organização e regimento interno; (VII) Fiscalizar a gestão da Diretoria, inclusive com relação ao fiel exercício do planejamento e orçamento anual aprovados para o exercício; (VIII) Convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; (IX) Avocar, a qualquer tempo, o exame de assuntos ou negócios sociais, decidindo sobre a solução que deve ser adotada, ou expedindo normas ou instruções a serem observadas pela Diretoria; (X) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (XI) Examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, ou quaisquer outros atos; (XII) Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) entre a Companhia e (a) acionistas que exercem o poder de controle da Companhia, tal como previsto no art. 116 da Lei nº 6.404/76, (b) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle dos Acionistas Controladores da Companhia que sejam pessoas jurídicas, ou (c) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; (XIII) Manifestar-se sobre os termos e condições e aprovar proposta para: (a) operações de mudança do tipo jurídico da Companhia, incluindo transformação, cisão, incorporação (e incorporação de ações) e fusão que envolvam a Companhia; (b) a criação e extinção de controladas ou subsidiárias integrais; (c) a aquisição ou alienação parcial ou total de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (d) a participação da Companhia em outras sociedades, ou empreendimentos, no país ou no exterior; e (e) reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle da Companhia ou de suas controladas, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia; (xiv) Examinar e aprovar a celebração pela Companhia de quaisquer contratos, não previstos no orçamento anual e cujos valores individuais importem em desembolsos pela Companhia e que, no conjunto de operações relacionadas dentro do mesmo exercício, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xv) Autorizar a aquisição ou alienação, não prevista no orçamento anual, de quaisquer bens, móveis ou imóveis, tais como, mas não limitado a equipamentos, terrenos, prédios, cujo valor individual, ou da totalidade dos bens adquiridos em uma única compra, seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xvi) Manifestar-se sobre os termos e condições e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial ou total de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xvii) Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não prevista no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja superior ao equivalente a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos administrativos ou processos judiciais nos quais a Companhia seja parte; (xviii) Autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandatos de segurança em assuntos urgentes; (xix) A Autorizar a Companhia a prestar garantias

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>